

Suspensos os créditos públicos

Os pedidos serão processados somente depois da posse do novo presidente

PAULO SOTERO
Especial para o Estado

WASHINGTON — O Eximbank dos Estados Unidos, uma das primeiras agências oficiais dos países credores do Brasil a reiniciar operações com o País após a decretação da moratória de 1987, voltou a suspender o processamento de pedidos de crédito e garantias para exportações americanas destinadas ao setor público brasileiro. A decisão, que não afeta o financiamento ao setor privado, entrou em vigor no mês passado, depois que fracassaram as negociações que os dois países vinham conduzindo há meses para efetivar, no plano bilateral, os termos dos acordos de renegociação da dí-

vida brasileira a governos realizados em janeiro de 1987 e em julho de 1988 com o Clube de Paris.

Cerca de US\$ 250 milhões em solicitações de financiamento e/ou garantia já se acumularam desde que a decisão foi tomada, no final de setembro. O Eximbank estabeleceu um prazo até fevereiro — prorrogável — para processar os pedidos de crédito ao setor público que lhe foram apresentados nos 13 meses, de agosto de 1988 a setembro último, durante os quais esteve totalmente aberto para o Brasil. Esses pedidos somam aproximadamente US\$ 800 milhões. Um deles está ligado à proposta de fornecimento de dois satélites domésticos de comunicações que a Hughes Aircraft Corporation apresentou numa controversa e ainda não resolvida licitação pública aberta pela Embratel.

Segundo fontes oficiais, o Eximbank evitou dar publicidade à decisão em função da preocupação de Washington de não piorar as já desgastadas relações entre os governos dos dois países às véspe-

ras das eleições presidenciais brasileiras. "Esperamos superar rapidamente o problema com o novo governo e voltar a operar de forma plena com o Brasil", disse um funcionário do Eximbank ao Estado.

O problema a que o funcionário americano se refere resume-se, basicamente, à recusa do governo brasileiro de aceitar a exigência americana de pagamento de US\$ 8 milhões de juros de mora sobre três ou quatro vencimentos compreendidos pelos acordos, que não foram saldados no prazo. O acordo de janeiro de 1987 com o Clube de Paris — que foi obtido, com o decisivo apoio dos EUA, sem que o País tivesse negociado previamente um programa de austeridade econômica com o FMI, como é de praxe — reescalou cerca de US\$ 450 milhões em créditos oficiais americanos. O acordo realizado em julho do ano passado envolveu outros US\$ 400 milhões em empréstimos oficiais de Washington, a maioria do Eximbank.

Entre os mais de 20 governos credores do Brasil, o dos EUA é o

único com o qual Brasília ainda não concretizou o acordo de 1987. O acordo do ano passado já foi efetivado com cerca de uma dúzia de credores. A última tentativa de superar a divergência ocorreu em setembro, quando o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, esteve em Washington para participar da reunião anual do FMI. Segundo fontes americanas, o Brasil aceitou pagar juros de mora a alguns credores oficiais e recusou-se a fazer o mesmo para outros.

O Brasil está em dia com os pagamentos de juros e principal das obrigações de sua dívida com o governo americano não englobados pelos dois acordos de renegociação feitos com o Clube de Paris. É considerado, no entanto, por Washington, como tecnicamente inadimplente em relação aos US\$ 850 milhões abrangidos por esses acordos. "Tentamos durante mais de um ano negociar com o Brasil, sem sucesso", disse uma fonte do Eximbank. "Não podemos abrir mão dos juros sobre juros."